

Vida em modo de espera: repercussões da Covid-19 para haitianas residentes na capital do Brasil

DANIELLE GALDINO SOLOUKI
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DISTRITO FEDERAL, BRASIL
E-mail: danigaljp@hotmail.com

CRISTIANO GUEDES DE SOUZA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DISTRITO FEDERAL, BRASIL
E-mail: c.bsb.br@gmail.com

Data de conclusão: 15-01-2022 / Data de envio: 15-01-2022

Data de recepção: 10-02-2022 / Data de aceptación: 25-10-2022.

RESUMO

Este artigo mostra as repercussões da pandemia de Covid-19 na vida de imigrantes haitianas residentes na cidade de Brasília, capital do Brasil. A pesquisa empírica foi baseada em suas narrativas e em observações etnográficas, registradas em 2020. Os resultados revelam que mulheres imigrantes negras e provenientes do Sul global pertencem a um dos grupos de maior risco social em tempos de crise, inclusive sanitária. Isso repercutiu no trabalho, nas condições de vida e no acesso às políticas públicas – dimensões fundamentais para a garantia da vida, a proteção de direitos e o alívio de impactos sociais e econômicos de crises sanitárias como essa.

PALAVRAS-CHAVE: Imigrantes Haitianas. Distrito Federal. Pandemia de Covid-19. Auxílio Emergencial

LIFE IN STANDBY MODE: REPERCUSSIONS OF COVID-19 FOR HAITIAN WOMEN LIVING IN THE CAPITAL OF BRAZIL

ABSTRACT

This article shows the repercussions of the Covid-19 pandemic on the lives of Haitian immigrants living in the city of Brasilia, the capital of Brazil.

The empirical research was based on their narratives and ethnographic observations, recorded in 2020. The results reveal that black immigrant women from the global South belong to the group of greater social risk in times of crisis, including health crisis. This reflects on work, living conditions, and access to public policies –fundamental dimensions for guaranteeing life, protecting rights, and alleviating the social and economic impacts of health crises such as this one.

KEYWORDS: Haitian Immigrants. Federal District. Covid-19 Pandemic. Emergency Aid

INTRODUÇÃO

A presença de mulheres imigrantes vivendo no Brasil é cada vez maior, e o governo brasileiro necessita criar ou ampliar o acesso às políticas sociais capazes de assegurar direitos em meio a uma crise sanitária, política e econômica. Neste início de século XXI, o país voltou a se destacar no cenário das migrações internacionais com a entrada de milhares de imigrantes, especialmente provenientes do Sul global¹. Esse tema vem sendo observado também a partir da participação das mulheres – fenômeno denominado de feminização das migrações internacionais (MARINUCCI, 2007; TORRADO, 2014; SOLOUKI; GUEDES, 2021).²

Por muito tempo, os estudos migratórios ocultaram as relações de gênero em torno dessa temática. A mulher possuía um lugar marginal, de acompanhante do marido imigrante, permanecendo associada aos papéis sócio-históricos de esposa e mãe. Entretanto, estudos a partir da década de 1980 começaram a evidenciar que elas também ocupam espaços laborais na reestruturação da economia

1 Rosa (2014, p. 52-53) cita como países do Sul: «a América Latina, a África, a Índia, o Irã e, surpreendentemente para alguns, a Austrália» (este último em razão de seu histórico colonial). Segundo o autor, o Sul pode ter vários sentidos a depender da obra: «Connell define o Sul por uma relação intelectual e não necessariamente cultural (como em Santos) ou econômica (como nos Comaroff)». Contudo, prevalece a ideia de que o Sul é menos um lugar político e econômico e mais uma posição intelectual.

2 Neste artigo, utilizamos o sistema de referência autor-data da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

global. Esse processo mudou profundamente a estrutura da divisão sexual internacional do trabalho, ampliando o papel econômico das mulheres (MOROKVASIC, 1984; BOYD; GRIECO, 2003; REYSOO, 2004; HIRATA, 2014; TORRADO, 2014; ABREU; HIRATA; LOMBARDI, 2016).

Ou seja, para além do papel de migrantes dependentes, as mulheres buscam, por meio da mobilidade geográfica, a mobilidade socioeconômica pela via do trabalho, ainda que em um país dependente e periférico em relação à economia global, como é o Brasil. Contudo, formada historicamente pela cultura patriarcal e racista, inclusive como uma política de Estado durante a escravidão e pós-abolição (BENTO, 2002; SCHWARCZ, 2019), a sociedade brasileira possui estruturas de discriminação enraizadas que limitarão a inserção e a mobilidade socioeconômica dessas mulheres. Isso se agrava quando elas são negras e provenientes de um país mais pobre na geopolítica global.

A imigração feminina haitiana para o Brasil pode ser considerada um exemplo paradigmático para análise em razão das opressões vivenciadas por essas mulheres. Contudo, há um silenciamento persistente da figura feminina nos estudos migratórios, sobretudo das imigrantes latino-americanas e caribenhas (LANDRY, 2012). É preocupante essa ausência na literatura científica, uma vez que a imigração não é igual para mulheres e homens, embora estejam inseridos no mesmo sistema capitalista de exploração. As vivências femininas são peculiares ao seu gênero, que sofre os rebatimentos das relações patriarcais de poder (SAFFIOTI, 1976), além de enfrentar outras estruturas de desigualdade relacionadas ao preconceito e à discriminação com base na cor e na origem social e nacional. O racismo segrega essas mulheres em ocupações que remetem a características simbólicas da escravidão, levando-as a posições de subalternidade. E, se além de mulher e negra, for uma trabalhadora proveniente de um país sem expressão econômica global, é ainda mais empurrada para espaços produtivos precários e estigmatizantes a que, no Brasil, só as mulheres mais pobres e com pouca escolaridade se submetem – mesmo que essas imigrantes possuam médio a alto

nível escolar. Esses foram os fatos que despertaram o interesse empírico de conhecer a realidade migratória das haitianas no Brasil.

Este artigo analisa as repercussões da pandemia de Covid-19 na vida de mulheres trabalhadoras imigrantes com base em estudo empírico³ realizado em 2020 com 33 haitianas⁴ residentes no Distrito Federal, na cidade de Brasília, capital do Brasil. O estudo utilizou as técnicas de aplicação de questionário virtual, entrevistas presenciais, observações etnográficas com registros em diários de campo e análise de relatos de vida, além de pesquisas documental e bibliográfica. O projeto foi previamente avaliado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa.⁵ Buscando ampliar o cuidado ético, as transcrições das falas das participantes foram revisadas, corrigindo-se erros de oralidade comuns para imigrantes no país de destino (que, inclusive, são uma das maiores dificuldades para mulheres haitianas no Brasil). A revisão dos trechos com relatos das participantes, em acordo com a norma gramatical da língua portuguesa, visa não reforçar estigmas já sofridos por elas – na linha das reflexões de Fleischer (2015, p. 2653 e p. 2656), cuja experiência lhe permitiu repensar o «material de campo», acolhendo a opinião das mulheres de sua pesquisa sobre «não evidenciar ou exponenciar a desigualdade entre o formal e o informal, entre o acadêmico e o não acadêmico, entre ‘nós’ e ‘elas’».

Os resultados da pesquisa foram compartilhados inicialmente por meio do diálogo com o nosso principal informante-chave e a

3 Este estudo foi realizado durante o doutorado da autora, sob a orientação do autor, pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB). A pesquisa contou com o apoio financeiro do Decanato de Pesquisa e Inovação da UnB, por meio do projeto «Feminização da Migração Transnacional: um Estudo Interseccional sobre Espaços Laborais e Redes de Apoio das Haitianas no Brasil», inscrito e aprovado através do Edital DPI/UnB nº 04/2019.

4 Este artigo apresentará as participantes pelo nome fictício para resguardar as suas identidades, em conformidade com as normas éticas brasileiras para pesquisas com seres humanos (Resolução CNS nº 466/2012) e, mais especificamente, com as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (Resolução CNS nº 510/2016).

5 Projeto aprovado em 23/02/2020, conforme CAAE nº 27153219.8.0000.5540.

nossa auxiliar de pesquisa, ambos haitianos. Eles nos ajudaram no esclarecimento de algumas dúvidas, sobretudo culturais, e na tradução do francês e do crioulo (idiomas oficiais das haitianas) para o português. O segundo momento de devolutiva ocorreu durante a banca de defesa de tese de doutorado, para a qual as mulheres haitianas entrevistadas foram convidadas. Concordamos com Fleischer (2015) que compartilhar os resultados de uma pesquisa é mais que oferecer uma devolutiva do desfecho de um projeto; é um processo de diálogo contínuo com nossas interlocutoras, que pode, inclusive, trazer reações diferentes do esperado pelos pesquisadores. A persistência da pandemia de Covid-19 no Brasil tem dificultado a continuidade desse processo coletivo de devolutiva e reflexão sobre os resultados da pesquisa. Apesar disso, os autores deste estudo planejam fazer uma reunião com as interlocutoras para dialogar sobre os resultados do estudo em instituição frequentada pela comunidade haitiana aos fins de semana, no Distrito Federal, após autorização e seguindo os protocolos sanitários necessários.

Por meio da abordagem qualitativa e numa perspectiva interseccional (CRENSHAW, 2002; PISCITELLI, 2008; ANTHIAS, 2011), identificamos assimetrias relacionadas às relações de gênero, raça, nacionalidade e classe nas experiências migratórias dessas mulheres, o que se acentua em contextos de crise, seja econômica, política ou sanitária. Prova disso é que os dados revelaram que essa situação, observada entre março e outubro de 2020, nos primeiros meses da pandemia de Covid-19, se agravou nesse período. O estudo realizado durante a pandemia representou alguns riscos, apesar dos cuidados sanitários. Mas os resultados foram importantes, pois mostraram o quanto políticas públicas, como as de saúde e assistência social, por meio do Auxílio Emergencial, são fundamentais à garantia da vida, à proteção de direitos e à mitigação das vulnerabilidades sociais e econômicas decorrentes de crises sanitárias.

Nas seções seguintes, abordaremos as repercussões da pandemia de Covid-19 na vida de migrantes haitianas residentes em Brasília, e suas estratégias de sobrevivência durante a crise sanitária. A primeira parte apresentará o perfil das haitianas participantes do

estudo que subsidiou este artigo, mostrando ainda o que as levou a ingressar no movimento migratório e escolher o Brasil como destino, provisório ou não. A segunda parte mostra as repercussões da pandemia na vida dessas mulheres no Brasil, especialmente quanto ao acesso ao trabalho e às políticas públicas e suas condições de vida nesse período. A terceira e última parte revela suas estratégias de sobrevivência e explica como elas acionaram o Estado para acessar uma renda excepcional, destinada aos mais vulneráveis à pandemia de Covid-19 – o Auxílio Emergencial.

Antes de prosseguirmos, cabe registrar que temos consciência de que se trata de um fenômeno em curso e, portanto, ainda em aberto e passível de mudanças e novas interpretações. Além disso, apesar de ter dimensão pandêmica, a crise sanitária possui características e resultados diferentes a depender do contexto geográfico, político e socioeconômico de cada país (e, dentro deste, de cada microlocalidade). Isso remete os dados aqui apresentados a uma perspectiva conjuntural, situada no tempo e no espaço. Como disse Granemann (2021, p. 2-3),

tais análises, porque produzidas à quente, constituem-se por sondagens do pensar a vida social na sua imediaticidade, e são exercícios tão perigosos quanto necessários. Necessários porque precisarmos conectar momentos e elementos da vida real que se apresentam, na aparência dos fenômenos sociais, de forma caótica e desconexa. [...] Perigosos porque a conjuntura por sua natureza social é mutável e quase sempre imprevisível e porque seu deslocamento decorre dos antagônicos interesses e movimentos das classes e das frações de classe sociais em presença; assim, sem ser de manifesto, projeta-se o devir.

Portanto, a análise conjuntural da situação dessas imigrantes durante os seis primeiros meses da pandemia representa um olhar parcial desse fenômeno mundial, em um contexto específico: a migração transnacional de mulheres haitianas no Distrito Federal. Contudo, é possível inferir, com base nos dados coletados, que o cenário da pandemia de Covid-19 tende a aprofundar as dificuldades, discriminações e desigualdades vivenciadas por essas mulheres imigrantes no Brasil como um todo. O que virá depois será um novo momento de um *continuum* processo sócio-histórico. E, como afirma Granemann (2021, p. 3), só «a posteriori que as pesquisas

e as sistematizações realizadas para além do calor da hora poderão afirmar quais as tendências se realizaram».

1. PERFIL E PROJETO MIGRATÓRIO DAS HAITIANAS RESIDENTES NO DISTRITO FEDERAL

Iniciamos nosso estudo com a premissa de que as mulheres imigrantes possuem projetos migratórios⁶ independentes da figura do imigrante masculino, normalmente representada pelos seus pais, maridos, companheiros, irmãos etc. No caso das haitianas, elas cresceram numa atmosfera socioeconômica, política e cultural de diáspora. Apesar de a maioria das participantes deste estudo ser imigrante de primeira viagem, elas também são influenciadas por essa cultura diaspórica. Muitas delas alimentaram o sonho de viajar e conhecer outros mundos desde a infância: «*É meu sonho, porque meu pai viajou quando eu tinha sete anos*» (Maria). Elas também se reconhecem como diáspora: «*Eu sou diáspora*» (Vitória). O antropólogo haitiano Handerson Joseph (2015) defende a tese de que o processo de mobilidade no Haiti é antigo e estrutural. Remonta desde sua origem colonial, sendo a diáspora uma «categoria organizadora do mundo» haitiano.

6 Conforme Boyer (2005), a noção de «projeto migratório» é uma importante ferramenta para explorar as complexidades das migrações circulares transnacionais, pois possibilita uma visão dinâmica dos processos migratórios a partir da articulação de diferentes escalas sociais, espaciais e temporais. Quando indivíduos decidem migrar, não são compelidos por uma simples relação de causa-consequências, como supõe a maioria das teorias migratórias, que geralmente se apoiam em apenas uma escala de determinação da migração – seja o *Homo economicus*, seja a geografia ou demografia, sejam as estruturas e instituições, sejam os laços sociais, entre outras. Este estudo segue na linha de que a decisão de migrar é atravessada por diversos fatores, inclusive históricos, e incorpora várias escalas (micro, meso e macrosociais, espaciais, temporais). As migrantes nunca partem com base em informações iniciais precisas e completas. Estas são quase sempre distorcidas, mas suficientes para imaginar um futuro, segundo a sua compreensão e de sua rede social, e partir. No decorrer do processo, no caminho ou na chegada, as migrantes conhecem novas informações, contextos e estratégias que as levam a reformular seu projeto. Ou seja, o projeto migratório não é estático. Está em constante reformulação, num «*continuum temporal*», na multiplicidade de contextos e espaços sociais, o que o leva a sofrer também os *effets de lieu* («efeitos do lugar») (BOYER, 2005, p. 55).

Apesar de a imensa maioria das mulheres haitianas vivenciar as dificuldades socioeconômicas do Haiti, não são todas que tomam a iniciativa de migrar. Essa decisão precisa ser negociada com a família e potencializada por outros recursos que não dependem apenas delas. O perfil mais comum da imigrante que chegou ao Distrito Federal é o da haitiana considerada de «classe média» para os padrões do seu país. Ou seja, as que tinham acesso, por meio da família, a recursos materiais, principalmente provenientes do comércio local e transfronteiriço das mães ou delas próprias, como *madanm sara* (mulheres comerciantes), e das remessas monetárias enviadas do exterior por parentes.

Outro aspecto do perfil das haitianas que migraram é a idade jovem (67% com até 30 anos) e a maior escolaridade (73% concluíram o Ensino Médio e 9% o Ensino Superior). A maioria delas saiu das suas províncias, nas áreas rurais, para estudar na capital Porto Príncipe, também apoiadas por suas famílias e financiadas com recursos provenientes da diáspora. Como justificou a Maria: «*Porque universidade e escolas boas estão na capital. É por isso que, às vezes, temos que deixar a província para ir lá*».

Contudo, o capital cultural dessas mulheres, trazido do Haiti ou construído no Brasil, parece não ter valor algum, com raras exceções. A força de trabalho proveniente de países como o Haiti ainda está associada a um recurso humano braçal em países desenvolvidos e mesmo em desenvolvimento, como o Brasil. Provavelmente, trata-se de um resíduo colonial que continua alimentando aquelas estruturas geradoras de assimetrias sociais.

Culturalmente, há um lugar representativo desse tipo de população imigrante: o lugar da reprodução social. Como destacou Misoula, «*quando eles veem que você é estrangeira, eles têm só uma opção pra você: [trabalhos em] limpeza*». As evidências desta pesquisa revelam que as estruturas históricas de discriminação de mulheres imigrantes negras e pobres mantêm-nas em posições de subalternidade, excluindo-as dos melhores espaços e *status* na esfera produtiva, independente de seu nível educacional e profissional.

A maioria (51%) das participantes é casada ou vive em união estável. Cerca de 61% vieram para o Brasil ainda solteiras e, para

boa parte delas, a imigração tinha outros motivos que não a reunificação familiar. Migrar foi uma decisão intencional para a maioria, que contou com certa capacidade de agência (BOYER, 2005; MAMUNG, 2009) e apoio de parentes e amigas, de perto e de longe, ainda que de forma negociada.

As informações recebidas sobre o Brasil, embora limitadas, transformaram esse destino numa escala alternativa e, para algumas, provisória até conseguir materializar o projeto migratório de médio a longo prazo – chegar a Estados Unidos, Canadá ou França, principalmente. Esses destinos preferenciais impõem mais dificuldade de ingresso, dado o maior controle de suas fronteiras e restrições migratórias.

Quanto às motivações para sair do Haiti, as participantes apontaram uma combinação de fatores, seguindo na linha analítica de que não existe uma causa única para justificar a mobilidade haitiana (JOSEPH, 2015), inclusive no caso da migração transnacional feminina. O contexto socioeconômico e político do país, agravado pelas consequências dos desastres ambientais, sobretudo no que tange à falta de trabalho, à violência e à escassez de serviços públicos, foram importantes gatilhos da decisão de emigrar. A interlocutora Maria resumiu bem a principal causa da saída dessas jovens mulheres do Haiti: «*Porque não tem futuro para jovem!*».

Pelas trajetórias e pelos relatos das haitianas, podemos inferir que vários fatores interligados as fizeram sair do Haiti e escolher o Brasil como lugar de destino, ainda que provisório. A maioria dessas mulheres vivia limitada pela baixíssima oferta de trabalho no seu país. O Brasil apresentava-se (ou foi apresentado) como um país que integrava o polo de países capitalistas a oferecer oportunidades de trabalho e melhores salários, além de uma infraestrutura melhor em educação e saúde. Não era o país ideal, mas tinha lá suas vantagens.

Essas mulheres escolheram o Brasil, lugar sem expressão na diáspora haitiana até o início da década de 2010, porque havia uma rede social pessoal, formada por consanguíneos e conterrâneos, que lhes antecedeu e que já estava instalada no país. Isso facilitava a experiência migratória, que era pioneira para a maioria delas. Outra

importante motivação foi a crença de que teriam melhores condições de vida no Brasil, especialmente pela facilidade de encontrar trabalho, inclusive nas suas áreas de formação; e ainda o fato de que era um país com maior facilidade para entrar, dada a criação do visto humanitário para imigrantes daquela nacionalidade.⁷

O saber-circular, próprio dessa imigração transnacional (JOSEPH, 2015), também é uma característica das mulheres haitianas. Embora o Brasil tenha sido o destino planejado pela maioria, isso não significa que aqui era o lugar preferencial ou que elas permanecerão no país. Prova disso é que 30% das participantes afirmaram já ter em mente outros destinos migratórios, e as outras deixaram essa possibilidade em aberto: «*Depende do futuro*» (Cláudia). Apenas as mães da segunda geração, que já começou a nascer no Brasil, se mostraram mais reticentes com a decisão de permanecer circulando. Essa circularidade haitiana também se manifesta no nível microterritorial, em que essas mulheres vão escolhendo as regiões do Distrito Federal a partir da localização de suas redes sociais,⁸ da segurança, da infraestrutura e do custo de vida. E, assim, o Brasil imaginado por essas mulheres vai se descortinando no cotidiano e mostrando o Brasil real.

Constatamos, assim, que o Brasil não era de todo desconhecido e que o que as imigrantes haitianas sabiam sobre o país talvez tenha alimentado o imaginário de que poderia ser uma boa opção migratória, ou seja, um tipo de «Norte global» (DIEME; TONHATTI; PEREDA, 2020). Tanto é que algumas decidiram permanecer no país e não desejam remigrar para os clássicos países do Norte. Isso revela que, para além das barreiras impostas por Estados e conjunturas específicas, como a da pandemia de Covid-19, que dificulta o ingresso naqueles países, existe o elemento da agência

7 Criado pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), conforme a Resolução Normativa nº 97, de janeiro de 2012.

8 A teoria das redes atribui a migração internacional à formação de redes interpessoais que conectam migrantes a não migrantes, nas áreas de origem e de destino, por vínculos parentais, de amizade ou de conterraneidade. A probabilidade de movimento internacional aumenta pelo fato de tais redes reduzirem custos e riscos da migração, constituindo-se em verdadeiro capital social para as pessoas envolvidas (MASSEY *et al.*, 1993).

dessas mulheres em seus projetos migratórios, que não pode ser desconsiderado.

A imigração pareceu uma via alternativa, talvez a única, para que elas ampliassem suas perspectivas de vida ao tentarem romper com um ciclo social que as limitava a uma posição inferior na sociedade de origem, especialmente na educação e na divisão sexual do trabalho, inclusive reprodutivo. Mas será que essa mobilidade tem reposicionado essas mulheres em níveis mais elevados de equidade de gênero, social e economicamente, na sociedade de destino? As seções a seguir mostram que a vida no Brasil nem sempre é acompanhada das conquistas sociais e econômicas idealizadas por mulheres imigrantes em seus projetos de vida.

2. PANDEMIA DE COVID-19: IMPACTOS PARA AS HAITIANAS NO DISTRITO FEDERAL

Quando este estudo foi pensado e aprovado, jamais poderíamos prever que ele enfrentaria uma crise sanitária de dimensão pandêmica,⁹ cujos efeitos colaterais impactariam toda a fase de campo, agregando novos sentidos e desafios à pesquisa. Em março de 2020, momento em que nos preparávamos para adentrar o campo, o governo do Distrito Federal, *locus* do estudo, editou as primeiras medidas de restrição sanitária.¹⁰ Diante da situação de quarentena, foi necessário parar todas as atividades relativas à fase empírica e repensar as estratégias de pesquisa. Nesse processo de incertezas, enquanto vivenciávamos as aflições de pesquisadores lutando contra o tempo, com o cronograma já comprometido, nossas futuras interlocutoras estavam travando uma batalha muito pior – a da própria sobrevivência. A pandemia estava presente na fala dessas mulheres, e dava para identificar claramente o tamanho das implicações desse fenômeno em suas vidas, especialmente por serem mulheres negras e imigrantes.

9 A origem da pandemia se deu no final de 2019 na província de Wuhan, na China, quando se espalhou pelo mundo um vírus cujo agente etiológico foi identificado como SARS-CoV-2, responsável pela doença Covid-19.

10 Conforme o Decreto nº 40.539, de 19 de março de 2020.

Para entender melhor o impacto da pandemia na vida de pessoas em mobilidade transnacional, como é o caso das haitianas deste estudo, faz-se necessário fugir das análises pretensamente neutras ou fatalistas. É preciso ampliar a visão para um movimento maior, conjuntural, e observar esse fenômeno como mais uma expressão da crise estrutural do Capital (CHESNAIS, 2013). A dinâmica de reestruturação, por sua vez, cria elementos de unificação (não homogeneização) do processo saúde-doença, ligando determinantes biológicos e sociais (SOUZA, 2020).

Esse intercâmbio dos fatores biológicos e sociais da crise sanitária de Covid-19 uniu-se a outros elementos do contexto nacional, como o cenário de crise política e econômica que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e vem polarizando o país entre grupos e movimentos de extrema-direita e de centro-esquerda, com implicações sobre a condução pública da atual crise sanitária, especialmente em razão de posturas negacionistas sobre esse fenômeno. Somado a isso, o Estado brasileiro já vinha, desde a década de 1990, em um movimento de contrarreformas das políticas públicas, sobretudo as de cunho social. Assim, a pandemia encontrou no Brasil um Sistema Único de Saúde (SUS) fragilizado (CORREIA, 2007; GALDINO; GUEDES, 2018; SÁ, 2018) e uma classe trabalhadora precarizada e vulnerável em razão da perda de direitos trabalhistas e previdenciários e das metamorfoses do mercado de trabalho (ANTUNES, 2012; FONTES, 2017; ABÍLIO, 2020; PREVITALI; FAGIANI, 2020).

No que tange à mobilidade transnacional, desde fevereiro de 2020, o governo brasileiro reconheceu¹¹ o estado de emergência sanitária em razão da pandemia de Covid-19, e uma série de portarias conjuntas interministeriais foi editada com a finalidade de restringir, provisória e excepcionalmente, a entrada de não nacionais no país naquele período. Um estudo realizado pela CEPEDISA e Conectas (2021) demonstra que o Estado brasileiro negligenciou

11 Em 6/2/2020, o governo federal publicou a Lei nº 13.979, que dispunha sobre as medidas para enfrentar a emergência de saúde pública internacional decorrente do coronavírus.

seu compromisso com os pactos internacionais ratificados nas áreas de migração e refúgio, erguendo uma muralha, mesmo para pessoas que tinham direitos de acolhida humanitária.

Quanto aos imigrantes que já estavam no país, a pandemia colocou seus projetos migratórios em modo de espera por tempo indeterminado. A maioria (87,9%) das haitianas participantes deste estudo informou que suas vidas foram prejudicadas em alguma medida pela pandemia e, de forma mais intensa, para 48,5% delas. Liline avaliou que a pandemia «afetou todo mundo, mas a gente que é estrangeiro, é complicado».

Por que, apesar de afetar «todo mundo», é especificamente «complicado» para essas mulheres imigrantes? Joseph e Neiburg (2020a, p. 475) explicam que a mobilidade é sinônimo de vida para essa população e, nas «paisagens haitianas, [...] a pandemia age de forma multidimensional e sistêmica, [...] intensificando os sentidos das barreiras, dos controles, da imobilidade, das desigualdades e dos sofrimentos». Eles apontam como principais efeitos, no campo migratório internacional, o retorno de haitianas e haitianos para o Haiti e a redução do envio de remessas, além da própria imobilidade migratória pelas restrições nas fronteiras internacionais.

Esse retorno tem ocorrido tanto de forma voluntária quanto involuntária, chegando à marca de 200 mil egressos nos seis primeiros meses da pandemia, especialmente vindos da República Dominicana, Chile e Estados Unidos. Isso acarretou, segundo os autores, um duplo estigma para esses retornados – o de imigrantes fracassados e o de potenciais transmissores do vírus – que, por sua vez, os colocavam em duplo isolamento: a quarentena como medida sanitária obrigatória aos egressos e a rejeição social e moral por parte da família e da sociedade por terem deixado de ser diásporas (JOSEPH; NEIBURG, 2020a).

Para as haitianas no Brasil, os efeitos da pandemia também se mostraram multidimensionais. Analisaremos como esse contexto trouxe fortes reflexos no acesso ao trabalho, nas condições de vida e na utilização das políticas públicas – as três principais áreas afetadas pela crise sanitária para essas mulheres.

2.1. Acesso ao trabalho

«Não sei se é por causa do coronavírus que não consigo encontrar trabalho ou se é assim mesmo»

(MADOCHÉ)

A força de trabalho feminina encontra sérias barreiras para sua integração no modo de produção capitalista, principalmente em razão de uma dupla dimensão da sua desvantagem social: o mito da inferioridade feminina *versus* superioridade masculina e sua posição marginal na esfera da produção. Tal condição reatualiza a subordinação e exclusão feminina nessa fase de desenvolvimento do Capital (SAFFIOTI, 1976).

Nesse processo, o trabalho das mulheres será demandado sazonalmente para atender as necessidades da produção capitalista e de preservação da sociedade na qualidade de reprodutoras. Elas continuam acumulando papéis domésticos, de cuidado e de reprodução em seus lares, gerando uma sobrecarga de trabalho (SAFFIOTI, 1976; MOROKVASIC, 1984; HIRATA, 2014; TORRADO, 2014; ABREU; HIRATA; LOMBARDI, 2016). Saffioti (1976, p. 103) chama essa dupla condição da mulher de «*status dual* de trabalhadoras assalariadas e trabalhadoras domésticas não remuneradas».

Paralelo à discriminação e às situações de vulnerabilidade mais gerais sofridas pelas mulheres no mercado de trabalho, evidenciam-se desigualdades mais específicas entre mulheres imigrantes e mulheres autóctones nos países de destino, o que leva a um *status* desprestigiado das ocupações laborais a que essas imigrantes têm acesso e que são rejeitadas pelas nacionais. Muitas imigrantes possuem altos níveis de formação que não são aproveitados nos países de destino, e a migração acaba por levá-las a uma mobilidade social descendente. É o caso das haitianas no Brasil.

Ao mapear os principais circuitos da economia global, denominados por Sassen (2003) de *contradeografias da globalização*, a autora verifica uma crescente participação da força de trabalho feminina a partir da emigração e do envio de remessas aos seus países de origem. Assim, a migração internacional tem se apresentado como uma das

poucas alternativas para as mulheres, principalmente de países pouco desenvolvidos e afetados pela globalização da economia. Milhares de mulheres imigrantes entram nos novos circuitos globais dessa *economia subterrânea*, configurando-se o fenômeno que Sassen (2003) chama de *feminização da sobrevivência*, pois beneficia, sustenta e garante renda para governos à custa da exploração da força de trabalho e do agravamento das condições de vida dessas mulheres.

O trabalho teve um papel preponderante na decisão das mulheres haitianas de migrarem para o Brasil e, a partir dessa sonhada inserção, conseguem proporcionar melhores condições de vida para si e suas famílias que ficaram no Haiti. Ribeiro (2015, p. 94) avalia que «a questão do trabalho talvez seja o maior desafio de todos a ser enfrentado pelos migrantes haitianos. Tanto homens como mulheres passam por situações e constrangimentos no setor de trabalho». A maioria dessas pessoas emigrou sem conhecimento prévio sobre os sistemas trabalhista e previdenciário brasileiros ou com informações equivocadas, principalmente sobre valores salariais superdimensionados,¹² o que gerou frustrações.

Se em tempos «normais» essas mulheres vivenciam a precarização do trabalho na sua forma mais crua, a pandemia de Covid-19 mostrou que, em tempos de crise sanitária e econômica, essa mão de obra imigrante, feminina e negra sofrerá ainda mais exploração ou exclusão. A primeira área mais afetada durante a atual crise sanitária, segundo as haitianas participantes deste estudo, foi a do trabalho. Dentre as 81,8% das respostas nesse sentido, 21,2% informaram ter perdido o trabalho por causa da crise econômica aprofundada pela pandemia; 57,6% alegaram não conseguir encontrar uma vaga de trabalho nesse período; e 3% precisaram fechar seu negócio em consequência das medidas sanitárias, que limitavam a circulação das pessoas e o funcionamento dos estabelecimentos comerciais, reduzindo drasticamente o número de seus clientes.

12 De acordo com Ribeiro (2015), os haitianos não compreendem os descontos previdenciários e trabalhistas nos contracheques e receberam informações de que, no Brasil, o salário mínimo era de 800 dólares. Na realidade, em 2020, considerando o câmbio médio do dólar, o salário mínimo brasileiro era 1/4 do valor imaginado naquela moeda.

Um dos grupos mais afetados pela pandemia foi o das haitianas recém-chegadas ao país, como Stephe: «*Cheguei e logo veio a pandemia. Não trabalhei ainda no Brasil. Não posso fazer nada agora. Por causa do coronavírus, fico só em casa. Não tenho muito contato*». Cláudia, dominada pelo medo por pertencer ao grupo de risco, relata que teve a vida paralisada:

Eu vim no mês que começou o coronavírus. Ainda não consegui fazer os papéis [regularização migratória], não consegui fazer nada, porque a Polícia Federal está fechada. Estou bem estressada, porque no mesmo tempo que cheguei aqui todas as coisas ficaram bagunçadas. Fecharam os lugares, os shoppings. Ainda não comecei a procurar [trabalho] por causa da pandemia e do documento [migratório]. Não posso fazer nada. Não consigo ajudar no aluguel. Nem consigo estudar. Eu sou asmática. A pandemia é perigosa para mim. Eu fico com medo de pegar esse vírus, pois tenho mais possibilidade de morrer. Por isso, eu fico com muito medo e estressada. [...] Duas coisas são mais importantes para mim: trabalhar e ir à escola. Por causa da pandemia, eu não consigo fazer nenhuma. Tem que trabalhar e ir em uma escola para ver se fica difícil ou fácil [a vida no Brasil]. Ainda não posso responder [se o Brasil é como imaginava]. Por causa da pandemia, eu não sei.

As medidas sanitárias para contenção da propagação do coronavírus colocaram essas mulheres em um modo de espera angustiante, no qual elas não conseguiam sequer avaliar se vir ao Brasil tinha sido uma boa decisão migratória. Como afirmou Madoche, «[...] não sei se é por causa do coronavírus que não consigo encontrar trabalho ou se é assim mesmo». E o tempo necessário para que elas aprendessem português (um dos maiores desafios quando chegam ao Brasil) e pudessem começar a trabalhar para se manter no país, recuperar despesas gastas na viagem e enviar ajuda ao Haiti foi perdido. Como asseverou Maria, «são seis meses perdidos sem fazer nada».

Essa «perda» foi sentida por toda a sociedade brasileira no campo do trabalho, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua (IBGE, 2021). Na comparação entre os trimestres de setembro a dezembro de 2019 e de 2020, ou seja, antes e durante o primeiro ano da pandemia, temos o seguinte quadro: a taxa de desocupação em 2020 foi de 14,1%, representando 14 milhões de pessoas. Comparada ao trimestre do ano anterior, teve um acréscimo de 2,2 milhões de pessoas na fila

dos desocupados. A população que estava ocupada em 2019 caiu 9,4% em 2020. Ou seja, foram 8,8 milhões de pessoas a menos no mercado de trabalho. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos mostra, com base também na PNAD Contínua, que nesse período se aprofundou a desigualdade entre negros e brancos no mercado de trabalho. No primeiro e segundo trimestres de 2020, «6,4 milhões de homens e mulheres negros saíram da força de trabalho [...]. Entre os brancos, o número de pessoas nessa mesma situação chegou a 2,4 milhões» (DIEESE, 2020c, p. 2).

Especificamente sobre a população imigrante, o Relatório Anual 2020 do Observatório das Migrações Internacionais (OB-Migra) aponta algumas tendências do impacto da pandemia no mercado de trabalho. Cavalcanti e Oliveira (2020), com base em registros administrativos,¹³ observaram a movimentação de admissão e demissão de imigrantes no mercado formal¹⁴ e verificaram que ele foi bastante impactado:

[...] o mercado de trabalho para os imigrantes encontrava-se em um bom momento antes da pandemia. Nos dois primeiros meses de 2020 – antes, portanto, da entrada em vigor da maior parte das políticas restritivas relacionadas à contenção da doença – o volume de admissões de imigrantes foi maior em comparação com o mesmo período de 2019, enquanto que o volume de demissões foi menor, resultando em saldos positivos de movimentação de quase o dobro do que se observava no anterior [...]. (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020, p. 31)

Quando o estado de emergência sanitária começa no Brasil, temos outro panorama:

Já em março de 2020, o volume de demissões cresceu, atingindo valor semelhante ao observado em 2019, enquanto o volume de admissões permanecia maior do que no ano anterior. O impacto foi mais forte a partir de abril, quando o volume mensal de admissões caiu em quase

13 Os autores informam que suas análises foram feitas «a partir do cruzamento das bases de dados do CAGED, da RAIS e da CTPS até 2019 e do eSocial em 2020» (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020, p. 31).

14 Os autores fazem uma ressalva de que, por razões metodológicas, agregaram os dados de modo que a categoria «imigrante» englobasse também solicitantes de refúgio e refugiados (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020, p. 31).

60%, enquanto as demissões continuaram em patamar semelhante a 2019, fazendo com que o saldo de movimentações se tornasse negativo. Foram mais de 3.000 postos de trabalho a menos para os imigrantes só no mês de abril. Nos meses de maio e junho, o volume de admissões voltou a crescer, mas ainda se encontra distante do que foi observado nos mesmos meses do ano anterior. Por outro lado, o volume de demissões também caiu, fazendo com que o saldo voltasse a ficar positivo no mês de junho. No agregado do ano, o saldo é positivo, mas 25% menor do que no mesmo período de 2019. (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020, p. 32)

Ao analisar os dados de forma desagregada, os autores perceberam que os impactos da pandemia no mercado de trabalho para imigrantes foram diferentes a depender do setor produtivo, da região e do perfil dos trabalhadores. Haitianos e venezuelanos foram os dois principais coletivos imigrantes menos afetados pelos efeitos da crise no emprego, «sobretudo homens de baixa escolaridade, predominantemente na região Sul e trabalhando em ocupações de baixo grau de especialização no final da cadeia do agronegócio» (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020, p. 38).

Numa perspectiva de gênero, o saldo entre admissões e demissões na comparação entre janeiro e junho de 2019 e 2020 mostra que mulheres e homens imigrantes sofreram o impacto da crise de forma desigual, com uma queda de 47,9% contra 15,2%, respectivamente. A escolaridade também influenciou de forma desigual nos efeitos da crise. O saldo para os menos escolarizados foi melhor que para os mais escolarizados, demonstrando que os tipos de trabalho que mais empregam essa mão de obra no Brasil exigem pouca especialização. E as regiões Sudeste e Nordeste foram mais afetadas. Já os setores ligados aos bens essenciais de consumo, voltados para o mercado interno e a exportação, foram os menos impactados (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020).

Os efeitos da pandemia sobre as haitianas recém-chegadas ao Brasil foram fortes, mas aquelas que já estavam no país há mais tempo também sentiram seus reflexos – principalmente aquelas com crianças recém-nascidas, como Vitória, que aguardava o fim do puerpério para procurar trabalho: *«eu acho que afetou um pouco. Porque eu pensava que iria conseguir um trabalho depois de cinco meses de ganhar o neném. Ai eu pensei: vou procurar um trabalho. Ai veio*

a pandemia e mudou tudo». Já Ilene perdeu seu trabalho durante a pandemia, quando retornava da licença-maternidade: «quando eu voltei a trabalhar, trabalhei só sete dias e veio o negócio da pandemia. A gente ficou em casa, depois me ligaram e me mandaram embora».

Sherley informou que *«demitiram a gente na pandemia e depois recontrataram»*. Essa tendência de flexibilização do trabalho foi amplamente esticada pela Medida Provisória (MP) nº 936, de 1º de abril de 2020, que foi convertida na Lei nº 14.020/2020, criando o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda durante a crise sanitária. Com isso, foi possível reduzir a jornada de trabalho e o salário, suspender contratos de trabalho temporariamente e receber um tipo específico de «auxílio emergencial», valor monetário designado pelo governo federal para complementar a renda perdida pelo trabalhador e trabalhadora formal intermitente nesses acordos trabalhistas, entre outras medidas.

Assim, os direitos trabalhistas sofreram mais um ataque. A despeito da propaganda de que tal iniciativa visava à preservação do emprego e da renda do trabalhador, na verdade, era um bote salva-vidas para o empresariado, e não apenas os de médio e pequeno porte (MARTINS *et al.*, 2020). Além disso, vimos que tais medidas não evitaram o aumento de demissões nesse período, apesar de os trabalhadores adquirirem estabilidade por tempo igual ao acordado com o empregador ao fazerem uso do Programa Emergencial citado acima. Isso também pode ser percebido pelo aumento nos pedidos de seguro-desemprego, que, em maio de 2020, chegaram a 960,2 mil, representando um aumento de 53% em relação ao mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia (MARTELLO, 2020).

Fica notório que a pandemia de Covid-19 deu ainda mais relevo às profundas desigualdades no mundo. Segundo o relatório da Oxfam (2021, p. 12) *O vírus da desigualdade*, os bilionários, que sofreram grandes prejuízos no mercado de ações durante a pandemia, precisaram apenas de nove meses para recuperar suas riquezas. E, «em todo o mundo, a riqueza dos bilionários aumentou em impressionantes US\$ 3,9 trilhões entre 18 de março e 31 de dezembro de 2020. [...] Os dez bilionários mais ricos do mundo

viram sua riqueza aumentar coletivamente em US\$ 540 bilhões durante este período».

O mesmo relatório indica que os pobres precisarão de mais de uma década para se recuperarem economicamente da pandemia. Além disso, as desigualdades nesse período revelaram-se de forma multidimensional – se uma pessoa é pobre, mulher e negra, tem probabilidade mais alta de sofrer as consequências do coronavírus, inclusive a morte, na América Latina. «No Brasil, pessoas negras têm 40% mais chance de morrer de Covid-19 que pessoas brancas» (OXFAM, 2021, p. 10).

A pandemia também aprofundou ainda mais as metamorfoses do trabalho (ANTUNES, 2012; PREVITALI; FAGIANI, 2020). Dashmy relata as consequências na vida da sua família e a «uberização»¹⁵ como alternativa de sobrevivência nesse período: «*a vida ficou mais difícil. Diminuiu o trabalho. Mandaram meu companheiro embora. Ele teve que trabalhar com Uber*». Outros relatos indicaram essa tendência de adesão ao trabalho de entregas e transporte por meio de aplicativos pelos homens haitianos. E uma das participantes da pesquisa trabalhava à noite, de bicicleta, como entregadora de refeições pelo Uber. Aquelas que trabalhavam informalmente também foram bastante afetadas. Maria explicou como a pandemia comprometeu seu negócio:

[...] se não fosse a pandemia, eu faria mais sucesso. Porque tem pessoa que fica com medo de vir na minha casa fazer trança. Tem pessoa que quer fazer trança e está sem dinheiro, entendeu? Se a pessoa guardar dinheiro, é só para comer [risos]. Beleza não é tão importante agora. É por isso que eu falei que me afetou um pouco. Entendeu? Se não fosse o momento do coronavírus, conseguiria fazer mais coisas. Porque ainda estou com vontade de abrir uma loja. Só fica um pouco difícil.

15 «Uberização» é um termo utilizado para descrever trabalhadores submetidos a condições de trabalho extenuantes, sem proteção social, com baixos ganhos, que prestam serviço como profissionais autônomos através de aplicativos, por intermédio de empresas digitais internacionais (mas também nacionais que seguem o modelo das empresas estrangeiras), sem garantia de direitos trabalhistas – a exemplo da empresa Uber, que inspirou esse termo. Sobre a «uberização» do trabalho na atual fase do capitalismo, ver Fontes (2017) e Abílio (2020).

Liline, jovem haitiana que chegou há cerca de uma década ao Brasil para estudar,¹⁶ precisou buscar alternativas de sobrevivência. Após trabalhar informalmente como empregada doméstica e cuidadora de idosos, decidiu se registrar como microempreendedora individual (MEI), fez um empréstimo e abriu um restaurante. Porém, precisou fechar pouco tempo depois, por causa da pandemia.

[...] Eu acabei de fechar minha empresa. [...] Aluguei um local no centro comercial [...]. Era almoço [...]. O nosso era serviço top. Todo mundo falava. Eram pratos bem montados, tipo Girafas. [...] E chegando a pandemia, começou a dar uma caída. A gente não aguentou ficar. Até tentei ficar uns três meses durante a pandemia. Diminuí a quantidade [de pessoas], porque a gente era novo. As pessoas que frequentavam eram as que trabalhavam lá [...]. Aí eles não vieram mais trabalhar. Aí tive que me virar um pouco. Tentar vender na internet. Mas o que a gente vendia, tinha que gastar na hora. Eu falei: «se eu ficar aqui, eu vou ter muito prejuízo». Aí eu conversei com a dona da loja e saí. Acho que foi em junho [de 2020].

Esses são apenas alguns relatos das vivências das imigrantes haitianas que estavam imersas nesse cenário de dificuldades. A restrição ou exclusão do acesso ao trabalho, somada à piora das condições laborais e salariais, prejudicou a vida e sobrevivência dessas mulheres, como veremos na próxima seção.

2.2. Condições de vida

«Agora, depois da pandemia, está difícil»
(JOZELINE)

O Brasil criado pelas imigrantes haitianas, como o seu novo «mundo imaginado» (BOYER, 2005; MA MUNG, 2009), era um país que lhes ofereceria melhores condições de vida, maior acesso ao trabalho (inclusive em suas áreas de formação) e a uma renda mais digna, que lhes permitisse também enviar ajuda para suas famílias no Haiti. Contudo, o Brasil como é de fato mostrou outra realidade, que ganhou maior concretude na pandemia de Covid-19.

16 Ela foi desligada do mestrado da Universidade de Brasília por não ter conseguido acompanhar o curso nem ter recebido o apoio necessário para se adaptar ao programa de pós-graduação.

As condições de sobrevivência foram a segunda área mais afetada pela crise sanitária e, conseqüentemente, econômica para 45,5% das participantes do estudo. Dessas, 27,3% informaram que estavam com dificuldades para pagar o aluguel da moradia. Outras 18,2% perceberam o aumento no custo de vida, especialmente com alimentação, e enfrentavam dificuldades para comprar o básico para viver, como fica claro na fala de Jozeline: «[...] *aluguel está muito caro. O trabalho só paga mil reais, mil e cem reais. [...] Comida no supermercado está muito cara. Agora, depois da pandemia, está difícil*». Isso foi confirmado por Chelo: «[...] *agora as coisas estão bem caras. Eu acho que é a pandemia*»; e por Nahomie: «*depois do Covid, as coisas subiram*».

Os nacionais também tiveram essa percepção. De acordo com pesquisa realizada pela EXAME/IDEIA (GARRETT JR., 2020), para 59% dos brasileiros o custo de vida aumentou na pandemia, o que foi fortemente influenciado pelo preço da cesta básica. Dados do DIEESE (2020a) comprovaram um aumento progressivo no custo da cesta básica em 2020 após a pandemia. Em Brasília, o aumento foi notado de forma mais abrupta em novembro de 2020: 17,05% em comparação ao mês anterior. Tomando como referência o maior preço da cesta básica no período pesquisado, em novembro de 2020 uma família com dois adultos e duas crianças precisaria de um salário equivalente a R\$ 5.289,53 (5,06 vezes o salário mínimo vigente no Brasil à época, que era de R\$ 1.045,00) para suprir suas necessidades básicas com alimentação (DIEESE, 2020b).

A precariedade das condições de vida durante a pandemia também afetou o envio de remessas monetárias aos familiares dessas mulheres no Haiti, que contavam com esse recurso para sobreviver naquele país, onde a crise sanitária era enfrentada de formas ainda mais agudas. Essa dificuldade foi relatada por 39,4% das mulheres pesquisadas. O impacto sobre o envio de remessas está muito relacionado às perdas dos postos de trabalho e do poder aquisitivo das haitianas, que tiveram que priorizar a própria sobrevivência e de sua família no Brasil, embora muitas permanecessem enviando remessas, mas em menor valor e com maior intervalo de tempo.

O efeito econômico da pandemia também foi identificado no Haiti por Joseph e Neiburg (2020a). Segundo eles, com a redução do envio de remessas em dinheiro, o panorama da pandemia ficou ainda mais dramático, considerando a importância das remessas na economia doméstica das famílias e do país, que representam 35% do Produto Interno Bruto (PIB). Os efeitos sobre o mercado interno haitiano tornavam a situação ainda mais problemática. As restrições de mobilidade dentro do próprio país e entre os países vizinhos prejudicaram o comércio local e transfronteiriço – principal fonte de renda da maioria da população. Ou seja, o coronavírus, além de matar, reduz as poucas alternativas econômicas de sobrevivência dos e das haitianas e ameaça a circularidade tão característica desse povo (JOSEPH; NEIBURG, 2020b).

Quanto às mulheres haitianas residentes no Distrito Federal, a pandemia aprofundou as já difíceis condições de vida no Brasil e limitou ainda mais as restritas possibilidades de ajudar suas famílias no Haiti. Muitas informaram que precisaram destinar parte do ínfimo valor do Auxílio Emergencial a parentes no país de origem, imprimindo a esse benefício socioassistencial uma dimensão transnacional. Esse recurso monetário se tornou uma das fontes de renda mais importantes para o atendimento das necessidades das haitianas durante a crise econômica aprofundada pelo coronavírus, como veremos adiante.

2.3. ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

*«Mesmo que eu tenha o coronavírus,
você tem que cuidar de mim».*
(CLARA)

O difícil acesso às políticas públicas também é uma agravante das condições de vida dessas mulheres imigrantes no Brasil. Especialmente na área da saúde, apareceram reclamações, como a de Mia: *«saúde, eu vou no particular. Eu fui ao posto de saúde [...] e não resolveram nada. Eu vou lá na clínica particular, pago muito, muito, muito caro. E resolve»*. Mas também há relatos positivos, como o

de Liline: «[...] *aqui tem um bom atendimento. É fácil acessar. É igual [para brasileiros e imigrantes]. Precisa dos mesmos documentos. Tem lugar que te tratam melhor que ao brasileiro. [...] A mulher até tentou falar minha língua e deu mais atenção*».

Essa percepção das políticas sociais brasileiras, que tem como referência comparativa as vivências no Haiti, foi estudada pelo haitiano Jean Baptiste (2018), cuja pesquisa, apresentada em um congresso internacional (JEAN BAPTISTE; AMARAL, 2019, p.1-4), evidenciou a «re-descoberta de um outro modelo de Estado interventivo pelos imigrantes e dos elementos de contrastes nos atendimentos» (p. 1). De acordo com o estudo, os haitianos chegados ao Brasil (mais especificamente ao município de Cambé, no estado do Paraná, na região Sul) vinham de uma experiência sócio-histórica identificada como «Estado contestado» (p. 3). Trata-se de um Estado autoritário desde a sua independência, com raras experiências concretamente democráticas, que subordina o país aos interesses do grande capital internacional; que abriu as portas para a atuação de organizações não governamentais (ONGs) estrangeiras, enfraquecendo e limitando a sociedade civil local; que governa pela política do medo e gera conflitos sociais e raciais entre a elite política mulata e a elite intelectual negra; e que joga a maioria da sua população na pobreza extrema. Nesse contexto, a «[...] população – pobre e negra – tratada de maneira desigual no sistema, contesta o Estado e resiste contra ele» (p. 4).

As políticas sociais espelham os antagonismos de classe e as contradições das relações sociais no interior do sistema capitalista. Portanto, as políticas sociais haitianas, inevitavelmente, refletirão esse «Estado contestado». Esse modelo e a forma como ele tem negligenciado as necessidades do povo, especialmente dos mais pobres, trouxe como consequência, por exemplo, a imigração como uma forma de *Marronnage* – de resistência contra a pobreza e fuga para encontrar uma vida melhor (JEAN BAPTISTE, 2018, p. 10). E quando chegam aqui, trazendo consigo essa referência negativa de Estado, se surpreendem positivamente com o «papel do Estado através das políticas sociais brasileiras, na concretização

de políticas, programas e projetos sociais, ainda que com imensas fragilidades e precariedades».

Por outro lado, estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015) sobre o acesso de imigrantes, apátridas e refugiados a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil aponta para a invisibilidade dessas pessoas no âmbito das políticas sociais, sobretudo ao desconsiderar suas particularidades e necessidades específicas. Ribeiro (2016) identifica uma narrativa bastante recorrente nos estudos sobre refúgio: da ausência relativa do poder público, expressa pela insuficiência de políticas públicas, como abrigo e assistência, razão pela qual essas pessoas passam a viver nas margens do Estado.

Para 45,4% das interlocutoras deste estudo, a terceira área que sofreu maior impacto na pandemia foi o acesso aos serviços públicos. Os mais citados foram as escolas, as creches e os serviços de saúde, como enfatizado por Bianca: *«afetou de todo jeito. Por causa da pandemia, não tem creche para deixar nosso neném. A escola fechou. Tive que estudar pela internet»*. Sofia, recém-chegada ao Brasil, não conseguiu se inserir no curso de português: *«eu já estava iniciando um curso de português, só que chegou a pandemia»*. Maria também teve que parar os estudos e não conseguiu fazer uma capacitação profissional: *«estava estudando numa escola regular para aprender o português, mas, devido à pandemia, pararam as aulas. [...] Eu já fiz uma inscrição no SENAC para o curso de confeitaria, só que, por causa da pandemia, parou»*.

Uma jovem haitiana participante deste estudo, mãe pela primeira vez, relatou sua experiência ao acessar o serviço público de saúde no período inicial da pandemia e ter que passar pelos protocolos de suspeita de Covid-19 em pleno trabalho de parto. Ela enfrentou uma verdadeira violência obstétrica:

[...] quando eu cheguei lá no HRT [Hospital Regional de Taguatinga] para ganhar o bebê, nossa, foi terrível! Porque eu passei 3 a 4 dias com contração. [...] Eu estava com um pouco de febre, estava com frio [...]. Não sei se era enfermeira a moça que falou para mim: «vamos fazer um exame». [...] Quando eu entrei no quarto, meu namorado falou: «Clara, você não viu o que está escrito na porta? É para pessoa que está com suspeita de coronavírus». Eu disse: «vixe, mas eu não tenho coronavírus!

[...] Eu fiquei lá [...], ninguém veio para ver a gente. [...] A gente ficou lá por muito tempo. [...] Quando eu saí do quarto, vi que todo mundo estava pegando as máscaras. Eu falei: «Eu não entendi nada, por que eu estou nesse quarto? Eu não estou com coronavírus». Ela falou: «É porque a gente suspeita que você está como coronavírus. Amanhã você vai saber se tem ou não tem». Ninguém falava do parto. [...] Não recebi o resultado do exame. Ninguém falou nada. [...] No dia seguinte eu gritei, chorei, orei. Eu falei para a médica: «Eu vou morrer! Me ajuda, por favor!» Ela disse: «tá bom, vou te ajudar. Hoje eu não vou sair». E depois eu acho que me deram duas injeções. Às 4h uma enfermeira falou para mim: «Clara, você vai fazer cesárea, mas o seu marido não vai entrar». Eu respondi: «não, ele vai entrar! Por quê?» Ela falou: «então ele vai ficar distante para ele não nos contaminar». Eu perdi muito sangue. [...] O bebê nasceu bem, com saúde. [Como você avalia tudo isso?]. [...] Para mim, um país assim [como o Brasil] deve ter bons hospitais. O Brasil não tem. [...] Para mim, se você é médica, mesmo que eu tenha o coronavírus, você tem que cuidar de mim. Eu estou em perigo (Clara).

O relato de Clara mostra como, na fase inicial da pandemia, o sistema de saúde pública se mostrou despreparado para lidar com uma situação como essa. De modo geral, os demais relatos de pesquisa evidenciaram a grande dificuldade de acessar os serviços públicos naquele período. Diversos setores passaram a atender apenas de forma virtual ou por telefone, e outros ficaram completamente fechados, sem atendimento ao público. Aqueles que funcionavam mostraram as consequências que o desinvestimento público pode acarretar tempos como esse, especialmente na área da saúde. Raichelis e Arregui (2021, p. 143) mostram as contradições por trás da ruptura progressiva com o pacto social constitucional:

A situação de pandemia expõe com muita cruza as dimensões contraditórias desse processo: de um lado, a falência das medidas ultraneoliberais que desfinanciaram as políticas sociais, especialmente o SUS e o Suas, os sistemas de proteção social mais requisitados no contexto da pandemia. E, ao mesmo tempo, a necessidade de mais Estado e do fortalecimento das políticas públicas para enfrentamento dessa grave crise.

Como podemos perceber, nas três dimensões sociais mais impactadas pela pandemia de Covid-19 —trabalho, condições de vida e acesso às políticas públicas—, as mulheres haitianas residentes no Distrito Federal viveram na margem da sobrevivência. Elas precisaram buscar estratégias para enfrentar essas dificuldades até

que passasse a pandemia e elas pudessem reavaliar suas trajetórias migratórias. Apresentaremos a seguir as principais estratégias encontradas (ou criadas) por essas imigrantes.

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS HAITIANAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Com a perda do trabalho e a dificuldade de conseguir a (re)inserção laboral, os problemas foram se avolumando. As redes pessoais mais próximas das haitianas também enfrentavam dificuldades, o que limitava as possibilidades de oferecer ajuda. Quando perguntadas sobre como estavam sobrevivendo na pandemia, muitas citaram instituições do Distrito Federal como sua rede de apoio. As igrejas foram as mais presentes, como afirmou Sherley: «*a Igreja Batista [...]. Nesses tempos de pandemia, eles ajudam todos os meses, dá comida para a gente*». Mia também contou com o auxílio da igreja para as necessidades mais imediatas, como alimentação: «*perdi o trabalho antes, mas não posso procurar [durante a pandemia]. Tudo está fechado. Para pagar aluguel, luz, tem mês que tenho dificuldade. Para comida, graças a Deus, meu pastor me ajuda. Fico triste, com depressão [devido a essa situação]*».

Em tempos de crise, como a que está em curso, mais uma vez é a sociedade civil que tem desenvolvido ações para salvar vidas em risco social – o que, na verdade, é responsabilidade primária do Estado. Contudo, tal omissão é um direcionamento proposital, pela adoção de políticas neoliberais incentivadas por instituições internacionais, a exemplo do Banco Mundial (CORREIA, 2007).

Outras haitianas buscaram a sobrevivência em pequenos negócios autônomos. Lia passou a fazer comida em casa para vender a uma pequena clientela local: «*eu comecei o trabalho de fazer comida em casa há três meses, depois da pandemia, porque eu preciso de dinheiro*». E outras encontraram no Auxílio Emergencial uma forma de alívio para as dificuldades de sobrevivência nesse período, como no caso da interlocutora Mia: «*[...] tem os 600 [reais]. [...] É o que está entrando agora*».

Instituído pela Lei nº 13.982, em 2 de abril de 2020, o Auxílio Emergencial é um benefício socioassistencial brasileiro de transferência de renda para determinado perfil da população, notadamente os mais pobres, a partir de critérios pré-definidos. Esse benefício foi fruto da pressão social sobre os poderes Legislativo e Executivo. Como resultado, definiu-se uma renda mínima para amenizar os efeitos econômicos causados pelo coronavírus. O auxílio foi endereçado à população mais vulnerável, de baixa renda, usuária clássica da Assistência Social e integrante do mercado informal e autônomo de trabalho.

Durante a pandemia, com o aprofundamento da crise do trabalho e da economia, veio à tona novamente o debate sobre a possibilidade de distribuir uma renda básica (ou mínima) universal. Vários países passaram a debater alternativas para salvar os mais vulneráveis à crise econômica que se inscrevia naquele cenário, bem como preservar o Capital. Cada país definiu suas próprias condicionalidades e formatação do benefício. De modo geral, todos reconheceram que não podiam lidar com a crise sanitária e econômica sem socorrer os mais pobres (UFMG, 2020).

Das 33 participantes deste estudo, pouco mais da metade (52%) recebia o Auxílio Emergencial de 600 reais, que era o valor concedido à época da coleta de dados. As participantes tomaram conhecimento do benefício por meio das suas redes sociais pessoais, como explicado por Adeline: *«porque quando um haitiano toma conhecimento de alguma coisa, um fala com o outro»*. Esse benefício socioassistencial tornou-se a única fonte de renda para muitas mulheres durante a pandemia e, mesmo sendo tão pouco, foi o que garantiu a sobrevivência no Brasil e ainda o envio de ajuda para familiares no Haiti.

Entretanto, 36% não receberam o auxílio, sendo que, destas, 27% porque estavam inseridas no mercado formal de trabalho e possuíam renda média mensal de um salário mínimo (R\$ 1.045,00 à época); e 9% porque, apesar de cadastradas, não foram aprovadas no benefício federal. Foi o caso de Fabíola: *«não foi aprovado o meu cadastro. Sempre que eu preenchia as informações, dava problema. Só falavam que estava ‘errado’, mas eu estava com tudo regularizado. Tenho CPF aqui»*.

Embora o Auxílio Emergencial tenha sido cortado a partir de dezembro de 2020, os efeitos contínuos da crise sanitária sobre o trabalho e a economia forçaram a sua retomada em 2021. Contudo, ele foi reduzido nos valores pagos e na quantidade de prestações, o que mostra o corte de recursos do governo nesse importante programa de transferência de renda durante a pandemia, tornando-o ainda mais seletivo, pontual e desidratado. As novas regras podem ter dificultado ainda mais o acesso de mulheres imigrantes a esse direito, mesmo sendo elegíveis. Estudos futuros poderão explorar essa questão, comparando a concessão do benefício e suas características entre 2020 e 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de Covid-19 apenas confirmou que as mulheres imigrantes pertencem a um dos grupos de maior risco social em tempos de crise, inclusive sanitária. Como categoria mais vulnerável à exploração na esfera produtiva, elas têm a «rua» como lugar de sobrevivência (JOSEPH; NEIBURG, 2020b). Entretanto, como a mobilidade nos espaços públicos ficou restrita, reduziram-se suas estratégias para ganhar a vida. As que possuíam alguma relação de trabalho, ainda que informal, também sofreram os impactos da crise econômica em tempos de pandemia ao serem demitidas ou simplesmente não conseguirem um emprego, como qualquer outra brasileira em condições parecidas. Contudo, sofreram maior risco de exploração por serem imigrantes e por pertencerem a um estrato populacional com limitado acesso à proteção social e trabalhista, muitas sem dominar o idioma nacional para se defenderem, além de serem uma mão de obra mais barata e, portanto, atrativa para o mercado de trabalho.

Ainda que continuassem sendo uma importante retaguarda, nem suas redes sociais conseguiram garantir o mesmo nível de apoio em tempos de pandemia, haja vista estarem submetidas às mesmas condições de uma crise de dimensão planetária. Durante a pandemia, pouco mais da metade das participantes deste estudo estava fora do mercado de trabalho, e uma parte, sobrevivendo com

o Auxílio Emergencial, bem como utilizando fração desse recurso para ajudar suas famílias no Haiti. Tal realidade mostra a importância das políticas sociais e, portanto, do Estado para socorrer a população mais pobre em tempos de crise. Entretanto, e a despeito do artigo 5º da Constituição Federal brasileira e do artigo 4º da Lei de Migração, que equiparam nacionais e imigrantes quanto aos direitos fundamentais, mulheres imigrantes permanecem invisíveis para as políticas públicas brasileiras, que não parecem flexíveis às peculiaridades desse coletivo.

O grupo mais afetado pela crise sanitária foi o das haitianas que chegaram ao Distrito Federal às vésperas da pandemia de Covid-19 – sem saber falar português nem poder estudar o idioma. Impedidas de buscar trabalho por essa e outras limitações, não conseguiam prover a própria subsistência, pagar as despesas da viagem, ajudar a família no Haiti. Ou seja, elas entraram em um modo de espera por tempo indeterminado, que continua vigente até o momento em que escrevemos este artigo, apesar da chegada de vacinas e da flexibilização nas medidas sanitárias de enfrentamento ao coronavírus.

Esta foi a radiografia que as evidências empíricas deste estudo mostraram sobre as trajetórias migratórias das trabalhadoras haitianas no Distrito Federal e sobre suas condições de vida durante o primeiro semestre da pandemia de Covid-19. Os dados revelaram a necessidade de políticas sociais sensíveis às necessidades das mulheres imigrantes no Brasil, sobretudo que gerem, transversalmente, formação profissional e acesso ao emprego, à renda e à rede institucional de assistência e cuidados para aquelas que são mães de crianças, especialmente na primeira infância. E que, numa perspectiva interseccional, incorporem os eixos de relações de gênero, raça, nacionalidade e classe em seus programas e ações.

Este artigo buscou ser um amplificador das vozes dessas mulheres, valorizando suas opiniões e seus relatos de vida como principal matéria-prima das análises realizadas, recorrendo ainda a outras fontes de análise para compreender os condicionantes específicos e determinantes estruturais dessa faceta das migrações

internacionais. Contudo, não teve a pretensão de ser exaustivo e conclusivo quanto às dinâmicas da imigração feminina, especialmente haitiana. Reconhecemos as limitações deste estudo, que deixou questões ainda em aberto ou sem aprofundamento. Por isso, encorajamos outros pesquisadores e pesquisadoras a abraçar o desafio empírico dos movimentos migratórios internacionais, com foco nas suas realidades femininas.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v34n98/0103-4014-ea-34-98-111.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2021.
- ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ANTHIAS, Floya. Intersections and translocations: new paradigms for thinking about cultural diversity and social identities. *European Educational Research Journal*, v. 10, n. 2, p. 204-217, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2304/eerj.2011.10.2.204>. Acesso em: 24 maio 2021.
- ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho no Brasil: reestruturação e precariedade. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, jun. 2012. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/a-nova-morfologia-do-trabalho-no-brasil-reestruturacao-e-precariedade/>. Acesso em: 22 maio 2021.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.
- BOYD, Mônica; GRIECO, Elizabeth. Women and migration: incorporating gender into international migration theory. *The Online Journal of the Migration Policy Institute*, Washington DC, 1 Mar. 2003. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/women-and-migration-incorporating-gender-international-migration-theory>. Acesso em: 22 maio 2019.

- BOYER, Florence. Le projet migratoire des migrants touaregs de la zone de Bankilaré: la pauvreté désavouée. *Stichproben – Wiener Zeitschrift für Kritische Afrikastudien*, Viena, n. 8, p. 47-67, 2005.
- BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. Resolução Normativa CNIg nº 97, de 12 de janeiro de 2012. *Diário Oficial da União*, 13 jan. 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083>. Acesso em: 4 jan. 2019.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466/2012, de 12 de dezembro de 2012. *Diário Oficial da União*, 13 jun. 2013.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União*, 24 maio 2016.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. *Diário Oficial da União*, 7 fev. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 4 abr. 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. *Diário Oficial da União*, 2 abr. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm. Acesso em: 7 abr. 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020. *Diário Oficial da União*, 7 jul. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/Lei/L14020.htm. Acesso em: 5 abr. 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020. *Diário Oficial da União*, 1º abr. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm. Acesso em: 9 abr. 2021.
- CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Wagner Faria de. Os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. de; MACEDO, Marília de. *Imigração e refúgio no Brasil: relatório anual 2020*. Brasília: OBMigra, 2020. p. 17-40.
- CEPEDISA; CONECTAS. *Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil*. São Paulo, 2021. (Boletim n. 10.) Disponível em: <https://cepedisa.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 22 maio 2021.

- CHESNAIS, François. As raízes da crise econômica mundial. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 21-37, 1º sem. 2013. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/7556/5495>. Acesso em: 9 nov. 2018.
- CORREIA, Maria Valéria Costa. Saúde no contexto da crise contemporânea do Capital: o Banco Mundial e as tendências da contra-reforma na política da saúde brasileira. Política de saúde e serviço social: impasses e desafios. *Temporalis*, São Luís, ano VII, n. 13, p. 1-22, 2007. Disponível em: <http://files.adrianonascimento.webnode.com.br/200000178-6e4ac6f44f/Correia,%20Maria%20Val%C3%A9ria.%20O%20Banco%20Mundial%20e%20as%20tend%C3%Aancias%20da%20contra-reforma%20na%20pol%C3%ADtica%20de%20sa%C3%BAde%20brasileira.pdf>. Acesso em: 1º maio 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2019.
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Cesta básica*. São Paulo, 2020a. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?comboBuscaDirigida=TEMA%7Chttp%3A%2F%2Fwww.dieese.org.br%2F2012%2F12%2Fdieese%23T356956290>. Acesso em: 7 abr. 2021.
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos: tomada especial de preços de novembro de 2020*. São Paulo, 7 dez. 2020b. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202011cestabasica.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2021.
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia. *Boletim Especial*, São Paulo, 10 nov. 2020c. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimEspecial03.html>. Acesso em: 7 abr.2021.
- DIEME, Kassoum; TONHATI, Tânia; PEREDA, Lorena. A migração haitiana e a construção de seus «Nortes»: Brasil um «Norte» alternativo e temporário. *Revista Brasileira de Sociologia*, Porto Alegre, v. 8, n. 19, p. 126-147, maio/ago. 2020.

- DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 40.539, de 19 de março de 2020. *Diário Oficial do Distrito Federal*, 19 mar. 2020. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/03/DECRETO-N%C2%B0-40.539-DE-19-DE-MAR%C3%87O-DE-2020.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- FLEISCHER, Soraya. Autoria, subjetividade e poder: devolução de dados em um centro de saúde na Guariroba (Ceilândia/DF). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 9, p. 2649-2658, 2015.
- FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Marx e o Marxismo*, Niterói, v. 5, n. 8, p. 45-67, 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220>. Acesso em: 4 abr. 2021.
- GALDINO, Danielle; GUEDES, Cristiano. Saúde de testemunhas protegidas na crise atual: um direito ameaçado. *Argumentum*, Vitória, v. 10, n. 1, p. 133-149, jan./abr. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324829831_Saude_de_testemunhas_protegidas_na_crise_atual_um_direito_ameacado. Acesso em: 4 abr. 2021.
- GARRETT JR, Gilson. EXAME/IDEIA: para 59%, custo de vida aumentou durante a pandemia. *Exame*, 9 nov. 2020. Disponível em: <https://exame.com/economia/exame-ideia-para-59-custo-de-vida-aumentou-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 6 abr. 2021.
- GRANEMANN, Sara. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1-12, jan. 2021.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD contínua: taxa de desocupação é de 14,1% e taxa de subutilização é de 29,0% no trimestre encerrado em novembro de 2020. *Agência IBGE Notícias*, 28 jan. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29934-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-1-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-0-no-trimestre-encerrado-em-novembro-de-2020>. Acesso em: 5 abr. 2021.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério da Justiça, 2015. (Pensando o Direito, 57).

- JEAN BAPTISTE, Marc Donald. *O Haiti está aqui: uma análise da compreensão dos imigrantes haitianos sobre a política social no Brasil*. 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.
- JEAN BAPTISTE, Marc Donald; AMARAL, Wagner Roberto do. As compreensões dos imigrantes haitianos sobre as políticas sociais no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 3., 2019, Londrina-PR. *Anais...*, Londrina: UEL, 2019b. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/eixo-12.html>. Acesso em: 1º maio 2021.
- JOSEPH, Handerson. *Diáspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. 2015. 429 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- JOSEPH, Handerson; NEIBURG, Federico. A (i)mobilidade e a pandemia nas paisagens haitianas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 463-479, set./dez. 2020a.
- JOSEPH, Handerson; NEIBURG, Federico. «I'm going to die in the street»: Haitian lives in the pandemic. *City & Society*, Arlington, v. 32, p. 1-9, ciso.12314-9, dez. 2020b.
- LANDRY, Véronique. Mujer, migración intrarregional e invisibilidad. *Revista Nomadías*, Santiago, n. 16, p. 99-117, nov. 2012.
- MA MUNG, Emmanuel. Le point de vue de l'autonomie dans l'étude des migrations internationales: «penser de l'intérieur» les phénomènes de mobilité. In: DUREAU, Françoise; HILY, Marie-Antoinette. *Les mondes de la mobilité: exploration d'un paradigme*. Rennes: Presses de l'Université de Rennes, 2009. p. 25-38.
- MARINUCCI, Roberto. Feminization of migration? Contextualização. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, ano XV, n. 29, p. 5-22, 2007.
- MARTELLO, Alexandre. Seguro-desemprego: país tem 960 mil pedidos em maio; total durante pandemia vai a 1,9 milhão. *G1*, Brasília, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/09/brasil-registra-960-mil-pedidos-de-seguro-desemprego-em-maio-com-alta-de-53percent.ghtml>. Acesso em: 5 abr. 2021.
- MARTINS, Antônio Vicente; PRETTO, Ricardo; LEMONJE, Julise; COSTA, Pedro Conzatti. Análise crítica da Medida Provisória nº

- 936, de 1º de abril de 2020, que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Porto Alegre: Antônio Vicente Martins Advogados Associados, 2020. Disponível em: <https://www.sindbancarios.org.br/wp-content/uploads/2020/04/An%C3%A1lise-cr%C3%ADtica-da-Medida-Provis%C3%B3ria-n%C2%BA-936.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2021.
- MASSEY, Douglas S.; ARANGO, Joaquín; HUGO, Graeme; KOUAOUICI, Ali; PELLEGRINO, Adela; TAYLOR, J. Edward. Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and Development Review*, New York, v. 19, n. 3, p. 431-466, set. 1993.
- MOROKVASIC, Mirjana. Birds of passage are also women... *The International Migration Review*, New York, v. 18, n. 4, p. 886-907, 1984.
- OXFAM. *O vírus da desigualdade: unindo um mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável*. Oxford, jan. 2021. Disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F115321%2F1611531366bp-the-inequality-virus-110122_PT_Final_ordenado.pdf. Acesso em: 6 abr. 2021.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.
- PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílson César. Normalização do trabalho precário: a experiência europeia e brasileira. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 44, p. 32-47, jan./jun. 2020.
- RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021.
- REYSSO, Fenneke. Féminisation de la migration. In: VERSCHUUR, Christine; REYSSO, Fenneke (Orgs.). *Femmes en mouvement: genre, migrations et nouvelle division internationale du travail*. Genebra: Graduate Institute Publication; L'Harmattan, 2004. p. 17-27.
- RIBEIRO, Carolina. *Migração haitiana para o Brasil – processo de fixação e adaptação: uma questão de gênero (2013-2014)*. 2015. 188 f. Dissertação (Mestrado em Tratamento da Informação Espacial) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- RIBEIRO, Jullyane C. Articulações de gênero, práticas de controle migratório e produção da vítima humanitária na gestão do refúgio. *Cadernos OBMigra*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2016.

- ROSA, Marcelo C. Sociologias do Sul: ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente. *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 43-65, jan./abr. 2014.
- SÁ, Edvaldo Batista de. *O público e o privado no sistema de saúde: uma apreciação do projeto de Plano de Saúde Acessível*. Brasília: Ipea/Disoc, 2018. (Nota Técnica, 47).
- SAFFIOTI, Heleith I. B. Mulher e capitalismo. In: SAFFIOTI, Heleith I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 53-196.
- SASSEN, Saskia. Contrageografías de la globalización: la feminización de la supervivencia. In: SASSEN, Saskia. *Contrageografías de la globalización: género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003. p. 49-80.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SOLOUKI, Danielle Galdino; GUEDES, Cristiano. Migrações, mulheres e direitos sociais: uma abordagem teórica interseccional sobre gênero, raça e classe. In: SALVADOR, Evilasio da Silva et al. (Orgs.). *Estado, política social e direitos*. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural, 2021. p. 155-172.
- SOUZA, Diego de Oliveira. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 1, p. 2469-2477, jun. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006702469&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 abr. 2021.
- TORRADO, Trinidad L. Vicente. El panorama migratorio internacional: una mirada desde el género. *Revista Sociedad & Equidad*, Santiago de Chile, n. 6, p. 111-137, jan. 2014.
- UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Núcleo de Estudos em Modelagem Econômica e Ambiental Aplicada do Cedeplar. *Renda básica emergencial: uma resposta suficiente para os impactos econômicos da pandemia da Covid-19 no Brasil?* Nota Técnica. Belo Horizonte: UFMG, 20 maio 2020. Disponível em: <https://socialprotection.org/discover/publications/renda-b%C3%A1sica-emergencial-uma-resposta-suficiente-para-os-impactos-econ%C3%B4micos>. Acesso em: 8 abr. 2021.



DANIELLE GALDINO SOLOUKI é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba, especialista em Serviço Social e Direitos Sociais, mestra e doutora em Política Social pela Universidade de Brasília. Tem experiência como assistente social nas áreas de direitos humanos, proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, enfrentamento ao tráfico de pessoas, migrações, assistência social, qualidade de vida no trabalho e curadoria em trilhas de aprendizagem. Atualmente integra, como pesquisadora, o Núcleo de Análise e Avaliação de Políticas Públicas da Universidade de Brasília e estuda migrações internacionais a partir do enfoque interseccional das relações de gênero, classe, raça e nacionalidade (haitiana).

CRISTIANO GUEDES DE SOUZA é graduado em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia, mestre em Sociologia e doutor em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília. Atualmente é professor do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, onde integra, como pesquisador, o Núcleo de Análise e Avaliação de Políticas Públicas. É associado ao Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. Desenvolve pesquisas nas áreas de saúde, políticas sociais, serviço social, ciências sociais, ética, movimentos sociais e direitos humanos.